

2º Relato Crítico – Em Busca do Sentido Perdido

“Em busca do sentido perdido: Diálogos interdisciplinares sobre Ciência e Transcendência”. Foi esse o título escolhido para o ciclo de quatro seminários coordenado por Bernardo Sorj, segundo o qual o objetivo dos encontros é, diante do declínio das ideologias políticas tradicionais, tentar compreender as novas formas de busca e formação de sentido.

No primeiro dos quatro debates, realizado em 8 de abril e o único disponível até agora para visualização na *internet*, Bernardo Sorj promoveu uma reflexão sobre o processo de desencanto do mundo e possíveis consequências no plano dos valores. O ponto de partida do expositor foi o diagnóstico de uma crise de sentido na sociedade contemporânea, sobretudo nas democracias ocidentais. Na interpretação de Sorj, essa crise seria antes uma crise da narrativa ocidental.

Creio que merece atenção a polissemia da palavra “sentido”, particularidade da língua portuguesa. Quando falamos em “sentido”, podemos estar pensando em significado, ou seja, naquele núcleo que tentamos atingir por meio de um processo interpretativo, como quando nos referimos ao “sentido da vida” (“*the meaning of life*”, “*der Sinn des Lebens*”, “*le sens de la vie*”); podemos, porém, estar pensando também em direção, orientação, como no “sentido Norte-Sul” (“*direction*”, “*Richtung*”). Assim, podemos entender de duas maneiras a “crise de sentido” tratada por Sorj. De um lado, como uma crise de significado, de compreensão, de critérios; de outro, como a perda de um Norte, de uma direção. O que significa tudo isso? Para onde devemos ir? Essas duas questões, embora se apresentem distintas, estão intimamente inter-relacionadas. Nossa trajetória é construída, em grande medida, pela interpretação que lhe conferimos, e o futuro não deixa de ser uma manifestação do presente. Daí porque a afirmação de Sorj de que a crise de sentido é uma crise de narrativa parece especialmente adequada, na medida em que reflete simultaneamente a percepção de que estamos diante de um desafio “interpretativo” e de que estamos “sem rumo”.

Falar em crise de narrativa, no entanto, não significa que simplesmente perdemos o fio da meada ao contar uma história, e que basta retoma-lo. Curioso, nesse sentido, que o título do ciclo traga à mente a obra clássica de Marcel Proust, *À la recherche du temps perdu* – “Em busca do tempo perdido”. O tempo perdido não pode ser recuperado, e sua busca só pode se dar por meio de um complexo esforço reflexivo.

De modo análogo, buscar o sentido e a narrativa perdidos não quer dizer de modo algum uma simples volta ao passado, como Sorj faz questão de frisar. Trata-se antes de uma reinvenção, de uma reconfiguração do modo de pensar contemporâneo, de modo a responder aos crescentes desafios que se impõem às democracias ocidentais.

A partir do diagnóstico dessa crise, Sorj seleciona um recorte para desenvolver sua análise, qual seja o processo de secularização próprio da modernidade. Com isso, pretende-se dizer, de maneira simplificada, a transição de uma sociedade na qual o poder político é legitimado na vontade divina e as normas e valores encontram seu fundamento na ordem religiosa para uma sociedade em que o poder é legitimado pela vontade popular e há uma valorização da liberdade individual. A secularização remonta ao Renascimento, período fortemente influenciado pela tradição clássica greco-romana, chegando a constituir, com o passar dos séculos, quase uma ideologia, especialmente nos países europeus nos quais havia necessidade de se combater o poder político da Igreja.

Cabe apontar que esse processo nunca se completou, e provavelmente jamais se concluirá. Um ponto central do argumento de Sorj é que a secularização, embora tenha promovido uma profunda transformação cultural, herdou do monoteísmo religioso uma série de instituições e práticas que jamais foram superadas. Assim, não deixaria de haver certo paralelo estrutural entre a visão de mundo religiosa e as ideologias políticas seculares surgidas principalmente ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX. “A capacidade de Deus foi substituída pela capacidade da razão”, afirma Sorj, e é nesse sentido que se pode falar em “monoteísmos seculares”. Esse paralelo fica especialmente evidente ao observarmos os regimes totalitários, manifestações extremas de ideologias monistas. Sorj aponta, por exemplo, a existência de textos sacralizados, de heróis “santificados”, do monopólio da verdade, etc. em regimes comunistas ou fascistas, de modo análogo às religiões monoteístas.

Entre as concorrentes ideologias políticas, um discurso “monoteísta” comum, marcado por uma missão autoatribuída de guiar a humanidade a um estágio mais avançado de desenvolvimento. A ilusão dos monoteísmos seculares foi acreditar que o mundo moderno pode se orientar em torno de um único princípio, a partir do qual seria possível construir um sistema coerente. É justamente o questionamento desse discurso que marca um dos aspectos da atual crise de sentido. Os monoteísmos seculares falharam na tarefa de produzir sentido em uma sociedade crescentemente fragmentada, plural e globalizada.

É nesse ponto que entra o “politeísmo de valores”, proposto por Bernardo Sorj no título de sua exposição. Sob a perspectiva da secularização, ele seria uma resposta necessária à crise por que passamos atualmente. E no que consiste esse politeísmo de valores? Consiste, sobretudo, no reconhecimento que, diante da conflitividade de valores intrínseca à condição humana, não há uma solução única, diante da qual “tudo se encaixa”. Não significa somente tolerância, em seu sentido clássico, mas antes uma interação positiva entre culturas distintas de modo a produzir questionamentos recíprocos e respostas conjuntas, ainda que imperfeitas. O conflito (de ideias e valores) deixa de ser visto como algo a ser superado, passando a ser enxergado como um elemento necessário no processo político-decisório.

A ideia de um politeísmo de valores, apresentada por Bernardo Sorj, não surge no vácuo. Antes, a ideia evoca discursos e teorias que há décadas vêm se difundindo pelo meio acadêmico e político. Ao assistir ao seminário, um autor em especial veio à minha mente: Isaiah Berlin. Difícil não fazer um paralelo entre o pluralismo político proposto por Berlin e o politeísmo de valores. Com efeito, ambos surgem como resposta a modelos – monistas¹, na terminologia de Berlin, ou monoteístas, na de Sorj – que buscam construir um sistema único coerente a partir de um princípio básico.² Ambos rejeitam a ideia de que a conflitividade de valores se dê no plano epistemológico, isto é, que bastaria alcançar *a verdade* para superá-la; ao invés, afirmam que ela é intrínseca aos valores, rejeitando a possibilidade de uma solução única para esses conflitos.³

A partir dessa semelhança estrutural, creio que as duas propostas (politeísmo de valores e pluralismo político) compartilhem um desafio comum: achar uma sustentação teórica própria que lhes permita se diferenciar das perspectivas monistas e relativistas, ou ainda, mantendo-se fiel à metáfora de Sorj, das perspectivas monoteístas e ateístas.

¹ Em seu comentário à exposição, o Prof.º Alfredo Bosi chega a utilizar essa terminologia.

² Nas palavras do próprio Isaiah Berlin, em seu último ensaio, publicado no *New York Review of Books*, Vol. XLV, Número 8 (1998): “The enemy of pluralism is monism -- the ancient belief that there is a single harmony of truths into which everything, if it is genuine, in the end must fit.”

³ “According to Berlin's pluralism, genuine values are many, and may—and often do—come into conflict with one another. When two or more values clash, it does not mean that one or another has been misunderstood; nor can it be said, *a priori*, that any one value is always more important than another. [...] Conflicts of values are ‘an intrinsic, irremovable part of human life’; the idea of total human fulfilment is a chimera. [...] Berlin based these assertions on empirical grounds—on “the world that we encounter in ordinary experience”, in which “we are faced with choices between ends equally ultimate, and claims equally absolute, the realization of some of which must inevitably involve the sacrifice of others” (2002, 213–14). Yet he also held that the doctrine of pluralism reflected necessary rather than contingent truths about the nature of human moral life and the values that are its ingredients. The idea of a perfect whole, the ultimate solution, is not only unattainable in practice, but also conceptually incoherent. To avert or overcome conflicts between values once and for all would require the transformation, which amounted to the abandonment, of those values themselves.” (Stanford Encyclopedia of Philosophy: <http://plato.stanford.edu/entries/berlin/>)

Parece-me que a visão mon(ote)ísta, ainda que possa ser falsa, apresenta uma sustentação sólida, quase intuitiva, na medida em dialoga com nossas convicções sobre o mundo: se algo é verdadeiro, seu oposto é falso; se este valor é correto, sua negação é falsa. O mon(ote)ísmo, de certo modo, funciona de modo binário: verdadeiro/falso, certo/errado, etc. Ao afastar-se dele, tanto Borj quanto Berlin entram em um terreno pantanoso, no qual não há soluções *a priori*, mas sim soluções construídas a partir da ponderação dos diversos valores conflitantes. É certo que essa perspectiva traz consigo a vantagem de refletir com maior precisão as nuances próprias da realidade, mas ao mesmo tempo levanta uma série de questões: quais serão os critérios dessa ponderação? De que modo se dará essa interação? O risco aqui é escorregar para o relativismo (ou ateísmo de valores), do qual ambos os teóricos fazem questão de se afastar.⁴ O desafio aqui é encontrar um equilíbrio sustentável entre aceitar somente *uma* verdade e não aceitar *nenhuma* verdade, sob pena de nos inclinarmos em direção ao perigoso niilismo.

Bernardo Sorj está ciente dessa dificuldade, e não é à toa que se refere ao “desencantamento” que o politeísmo pode provocar. Segundo ele, o politeísmo é difícil, na medida em que, ao contrário do monoteísmo, gera mais confusão do que certeza, “não dá referências, [mas] tira referências”. Além disso, cria uma série de obstáculos à ação coletiva, a qual é tão fortemente favorecida pelas visões monoteístas. Dessa dificuldade, pode decorrer um desencantamento, que potencialmente leve a uma descrença, cujo efeito pode ser nefasto. A própria opção pela analogia religiosa – *politeísmo* – é um reconhecimento do papel central que a crença exerce no debate sobre os valores, e o perigo que a descrença representa:

“O que eu gostaria de argumentar [...] é que, sem dúvida, temos que conviver com diversidade, temos que aceitar que essa diversidade de valores implica em conflitos, que não têm uma solução pré-determinada, que está no interior de nossa cultura. Ao mesmo tempo, não se trata de cair no relativismo. Temos que estar sempre num esforço constante para criar consensos que têm por fundamento último a crença. [...] Esses valores existem e se sustentam porque nós acreditamos neles. [...] Se cairmos no relativismo, caímos no cinismo e na destruição da sociedade, no niilismo, que é muito destrutivo.”⁵

⁴ No artigo citado na nota de rodapé n.º 2, Isaiah Berlin afirma: “I am not a relativist; I do not say “I like my coffee with milk and you like it without; I am in favor of kindness and you prefer concentration camps” -- each of us with his own values, which cannot be overcome or integrated. This I believe to be false”.

⁵ Esta fala ocorre por volta dos minutos 103:00 a 105:00 do vídeo.

Para combater esses riscos, Sorj aponta quatro áreas que poderiam permitir avanços na formação de consensos e, portanto, no fortalecimento de uma visão politeísta de valores: i) o debate acadêmico; ii) a ecologia; iii) os direitos humanos; e iv) a arte. A esses, o Professor Alfredo Bosi acrescenta ainda a educação.

A esse primeiro desafio do politeísmo de valores, creio ser necessário apresentar um segundo, abordado tangencialmente pelo próprio expositor: a convivência de regimes politeístas com grupos que sustentam uma perspectiva monoteísta e que tentam impor seus valores ao restante da sociedade. Como conciliar culturas com valores distintos, sem exigir certas concessões? A crítica à visão multiculturalista concentra-se na alegada incapacidade em reconhecer a incompatibilidade fundamental de certos aspectos de culturas distintas. Theodore Dalrymple, escritor inglês conservador, vocaliza de maneira sintética esse ponto:

“It is clear from what I see almost every day that not all cultural values are compatible or can be reconciled by the enunciation of platitudes. The idea that we can rub along together, without the law having to discriminate in favour of one set of cultural values rather than another, is worse than merely false: it makes no sense whatever.”⁶

Nas décadas de 70 e 80, ganhou força na Alemanha o slogan do *Multikulti*, promovido por setores progressistas. Recentemente, a primeira-ministra alemã, Angela Merkel, diante da incapacidade em promover a convivência harmoniosa das diversas culturas que atualmente compõem a população do país, afirmou que o *Multikulti* fracassou.⁷

Esse desafio não pode ser subestimado. Se por um lado é promissora a perspectiva de ir além da mera tolerância, promovendo uma sociedade que busca em valores e culturas distintas a elaboração de respostas comuns; por outro lado, não podemos nos esquecer de que mesmo a tolerância ainda não é regra, e que não são todos os grupos que não estão dispostos ao diálogo e a embarcar em um projeto comum de politeísmo de valores.

⁶ *Life at the Bottom*, capítulo 4 – “Reader, she married him – alas”

⁷ <http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-11559451>